

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Ata Nº 8 de 27 de janeiro de 2020.**PRESIDÊNCIA/GAB1JAPRE**

Aos 28 dias do mês de janeiro de 2020, às 11 horas, na sala de reuniões do Tribunal de Justiça do estado do Tocantins, foi realizada reunião com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, para análise dos documentos/informações apresentados, e fixação de diretrizes/estratégias futuras por esta comissão.

PARTICIPANTES:

Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi – Juíza Auxiliar da Presidência e Presidente da Comissão;

Jonas Demóstenes Ramos – Diretor Geral.

Amanda Santa Cruz Melo, representante da DIJUD;

Antonio José Ferreira de Rezende, Diretor de Gestão de Pessoas;

Eva Portugal de Sousa, Técnica Judiciária de 2ª Instância (pessoa com deficiência física);

Kézia Reis de Souza, Diretora do Centro de Comunicação Social;

Marcelo Leal de Araújo Barreto, Diretor de Tecnologia da Informação;

Monielle Guerra Justino, Secretária Executiva da Diretoria Geral;

Rogério José Canalli, Diretor de Infraestrutura e Obras;

Ronilson Pereira da Silva, Diretor Administrativo;

Vania Ferreira da Silva Rocha, Assessora Técnica da Diretoria Geral/Presidência;

Wallson Brito da Silva, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos.

Ausência Justificada:

Genival Ambrósio Rocha, Técnico Judiciário (pessoa com deficiência física);

João Ornato Benigno Brito, Assessor de Projetos da Diretoria Geral;

PAUTA

Análise dos documentos/informações apresentados, e fixação de diretrizes/estratégias futuras por esta comissão.

ASSUNTOS ABORDADOS:

Iniciada a reunião, a Dr^a Rosa Maria passou a leitura da última ata de reunião, especificadamente no tocante às deliberações, a fim de direcionar a pauta deste encontro.

Assim, considerando o documento inserido no evento 2964560, o Dr. Jonas questionou ao Diretor da DINFRA acerca da instalação do piso tátil nos Fóruns que não atendem este requisito de acessibilidade, momento em que o Dr. Rogério informou que está concluindo o Termo de Referência sobre itens de acessibilidade, dentre os quais estão incluídos os pisos táteis;

A Dra. Rosa Maria, tendo em vista informações constantes do documento supracitado em relação ao atendimento do quesito acessibilidade nos prédios sede de Comarcas, questionou ao Diretor da DINFRA sobre a situação em que se encontram os Fóruns de Pedro Afonso, Xambioá, Almas, Arapoema e Augustinópolis; momento em que o Dr. Rogério informou que os imóveis que abrigam os Fóruns de Arapoema e Pedro Afonso passarão por uma grande reforma neste ano de 2020, ressaltando que o de Almas é locado, o que dificulta adaptações para atender à acessibilidade nos termos legais. Já em relação aos fóruns de Augustinópolis e Xambioá, será necessária ser feita uma avaliação no tocante á acessibilidade, para verificação da possibilidade de atendimento dos itens que ainda não atendem;

Dr. Rogério registrou que a forma de disposição das informações contidas no relatório do evento 2964560, servirá de parâmetro para comparação no final deste ano, após ações da DINFRA específicas no que se refere à acessibilidade;

O Diretor da DIADM salientou que os prédios que foram reformados, mas que ainda não atendem todos os itens de acessibilidade apontados no relatório acima mencionado, se dão pelo fato de que as reformas ocorreram em 2014, havendo mudança posterior na legislação em 2015, mas que, à época, aqueles atendiam às resoluções/normas vigentes;

No tocante às mesas ergonômicas, o Diretor da DIADM informou que, a princípio, será feita uma aquisição direta, a qual já está em andamento, pontuou ainda, que após sua conclusão, a servidora Eva Portugal, membro desta Comissão, procederá à avaliação/crítica técnica;

A Dra. Rosa Maria informou sobre a possibilidade de se buscar parceria com UFT, no tocante a impressão em braile dos textos expostos no memorial de 30 anos do Poder Judiciário Tocantinense; e repassou o contato da pessoa responsável daquele órgão para a Diretora da CECOM, para após autorização do Presidente, tomar eventuais e futuras providências de mister;

Informou também aos presentes que, em visita institucional realizada, recentemente, no TJMG, foram compartilhados alguns modelos de projetos a serem apresentados a DIGER, para estudos, notadamente, no tocante à contratação de menor aprendiz e de terceirizados com deficiências em parceria com a Procuradoria do Trabalho e empresas, tudo em cumprimento à legislação específica;

Sugeriu assim que o Diretor Geral entre em contato, diretamente, com a Chefe de Gabinete da Presidência, para tanto, uma vez que a esta foi entregue documentação paradigma dos referidos projetos;

Destacou a importância destes projetos para o TJTO, uma vez que o Presidente deste Órgão tem como escopo principal de sua gestão: a realização de uma Justiça Cidadã;

O Coordenador de Gestão Estratégica, Wallson, citou a matéria disponibilizada pelo site do CNJ sobre inclusão, que destaca o reconhecimento, pelo Prêmio Inovare, de ações da Defensoria Pública para a inclusão de pessoas com autismo, cuja matéria encontra-se no link: <https://www.cnj.jus.br/defensores-promovem-inclusao-de-pessoas-com-autismo/>.

O Diretor da DIGEP citou que, tendo em vista a Informação 34634 disponibilizada no evento 2950623, deverá ser feita uma análise minuciosa de cada caso concreto, no tocante às deficiências declaradas; momento em que a servidora Eva Portugal sugeriu que seja disponibilizado no sistema e-Gesp, um campo específico para que cada servidor possa informar ao tempo de cadastramento anual, com as comprovações necessárias (laudos/atestados médicos), seu tipo de deficiência, seja ela permanente ou temporária, haja vista que tal disponibilização no sistema facilitaria ao servidor que necessita informar ao órgão seu tipo de deficiência;

A Dra. Rosa Maria destacou que, antes de analisar os casos concretos e até mesmo disponibilizar no Sistema e-Gesp o campo acima referido, que a CECOM desenvolva alguma(s) ação (ões) de esclarecimentos para o público interno, acerca do amplo e atual conceito de “deficiência”, como forma de auxiliar aqueles que precisarão prestar informações neste sentido; momento em que o Diretor da DIADM citou os vários casos já existentes de solicitações genéricas de cadeiras ergométricas para todos os servidores de determinada Comarca, sendo que a cadeira solicitada custa, em média, quatro mil reais;

O Diretor da DIADM informou, ainda, que, em princípio, o atendimento dos pedidos de cadeiras especiais somente estão sucedendo em relação aos magistrados; momento em que a Diretora do CECOM destacou a necessidade de se primar pelo princípio da isonomia, a partir de uma análise técnica do respectivo pedido, neste caso, pela Junta Médica, para que a regra objetiva seja seguida da mesma forma tanto para magistrados quanto para servidores;

O Diretor da DIAM informou, ainda, que o processo referente à aquisição das placas em braile, conforme discutido na última reunião desta comissão, está próximo à fase de licitação;

Dra. Rosa Maria destacou que em outros tribunais pátrios, existe diferença entre os valores recebidos pelos magistrados e servidores no tocante aos auxílios, enquanto o TJTO tem tratado os servidores e magistrados com isonomia, citando, como exemplo, o auxílio saúde e auxílio alimentação;

O Diretor da DTINF informou que será aberto um processo específico para a aquisição de impressora em braile, bem como que irá disponibilizar, neste SEI, histograma atinente ao resultado dos questionários respondidos por esta comissão, a fim de facilitar visualização e tomada de decisões futuras pelos membros desta comissão;

A Diretora do CECOM informou que ainda não concluiu o *layout* da divulgação dos atalhos e das atas no site do TJTO, conforme deliberado na última reunião desta comissão; que tão logo concluído, será informado neste SEI;

Por fim, a Dra Rosa Maria informou que proferiu despacho no evento 2988531, do SEI 19.0.000033869-1, que trata sobre a Comissão Permanente de Transparência, notadamente em relação à manifestação da CECOM (item 6), DTINF (itens 2,4 e 5) e da DIGEP (item 9, todos daquele processo administrativo); e solicitou que as respectivas unidades administrativas providenciassem à solução das respectivas pendências; momento em que a Diretora do CECOM informou que, no tocante ao item 56 do relatório disponível no SEI 19.0.000033664-8, o Tribunal o atende, já no tocante ao item 56.1: não atende, mas que já está em análise com execução próxima, comprometendo-se a comunicar quando da sua conclusão. Já no tocante ao item 56.2, informou que TJTO atende parcialmente, nos *posts* realizados nas redes sociais;

DELIBERAÇÕES:

Após discussões e informações nos termos acima, ficou deliberado entre os presentes:

1 – A Dra Rosa Maria e o Dr. Rogério irão disponibilizar, neste SEI, informações necessárias para auxiliar a Diretora do CECOM no desenvolvimento da campanha de conscientização do público interno, acerca do conceito de deficiência física;

2 – A DTINF fará um histograma dos questionários respondidos, para facilitar a análise dos resultados, pelos membros da Comissão, na próxima reunião a ser agendada oportunamente;

3 – A COGES se compromete a realizar pesquisa em outros tribunais pátrios, no tocante ao cumprimento do item 56.2 do SEI 19.0.000033664-8, a ser apresentada no próximo encontro desta comissão;

4 - Aguardar manifestação da Presidência quanto ao item 4 e seus subitens do campo das deliberações da ata da última reunião (evento 2946854).

ENCERRAMENTO:

Às 12 horas 30 minutos encerrou-se a presente reunião.

E nada mais havendo para ser registrado, lavrou-se a presente Ata, assinada por mim, Vania Ferreira da Silva Rocha; e será encaminhada aos demais presentes, para assinatura e ciência.



Documento assinado eletronicamente por **Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, Juíza Auxiliar da Presidência**, em 28/01/2020, às 12:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vania Ferreira da Silva Rocha, Assessor Técnico da Diretoria-Geral**, em 28/01/2020, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronilson Pereira da Silva, Diretor Administrativo**, em 28/01/2020, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wallson Brito da Silva, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos**, em 28/01/2020, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério José Canalli, Diretor de Infra-Estrutura e Obras**, em 29/01/2020, às 08:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Santa Cruz Melo, Secretário de Precatórios**, em 29/01/2020, às 08:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Monielle Guerra Justino, Secretário Executivo**, em 29/01/2020, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 29/01/2020, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eva Portugal de Sousa, Técnico Judiciário de 2ª Instância**, em 29/01/2020, às 09:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kézia Reis de Souza, Diretora do Centro de Comunicação Social**, em 30/01/2020, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Leal de Araujo Barreto, Diretor de Tecnologia da Informação**, em 03/02/2020, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Ferreira de Rezende, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 05/02/2020, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2989870** e o código CRC **3E2FD2FC**.